



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016846-63.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941**
 Requerente: **Município de São Carlos**
 Requerido: **Ivone de Oliveira Ribeiro Cattani e outros**

CONCLUSÃO

Em 24 de abril de 2014, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação de Desapropriação proposta pelo **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** contra **IVONE DE OLIVEIRA RIBEIRO CATTANI, IVONE MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO CATTANI e MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA RIBEIRO CATTANI**, visando à utilização do imóvel descrito na inicial para a duplicação da Rua João Lourenço Rodrigues.

A inicial veio instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, atendendo ao disposto no artigo 13 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Laudo pericial às fls. 36/48, estimando o valor da indenização em R\$ 95.592,00 (noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais).

Foi depositado o valor encontrado pelo laudo pericial provisório (fls. 51) e honorários periciais (fls. 58) e, em razão disso, foi deferida a imissão provisória na posse (fls.65).

Às fls. 76 foi noticiada a alienação do imóvel descrito na inicial para Dinaldo Roberto Valério e Marta Rodrigues Valério, os quais foram citados para os termos da ação (fls. 96) e concordaram com a avaliação pericial (97), requerendo o levantamento do valor depositado (fls. 137).

Os expropriados comprovaram a propriedade do imóvel, conforme escritura pública e certidão de matrícula juntadas às fls.124/127.

Com relação à quitação de dívidas fiscais, realizaram acordo de parcelamento (fls.128/130), tendo o Município de São Carlos concordado com o pedido de levantamento do valor depositado (fls. 140).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Publicação de editais às fls. 131/133.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da lide, não havendo necessidade de dilação probatória.

Primeiramente, ante a alienação do imóvel para Dinaldo Roberto Valério e Marta Rodrigues Valério excluo do polo passivo da presente ação **IVONE DE OLIVEIRA RIBEIRO CATTANI, IVONE MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO CATTANI e MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA RIBEIRO CATTANI**, devendo ser feitas as anotações e comunicações necessárias.

No mais, trata-se de Ação de Desapropriação que tramitou sem vícios processuais e houve a aceitação, por ambas as partes, do valor indenizatório encontrado pelo perito na avaliação prévia, que, portanto deve ser acolhido, prolatando-se imediata sentença.

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido, para o fim de declarar incorporada ao patrimônio do expropriante a área descrita na inicial, abrangida pelo decreto declaratório de utilidade pública, mediante o pagamento de indenização no valor apurado pelo laudo judicial e depositado a fls. 51.

Uma vez que foram cumpridas integralmente as formalidades previstas no artigo 34, do Decreto-Lei 3.365/41 (fls. 124/133), defiro o pedido de levantamento de fls. 137. Expeça-se o respectivo mandado.

Servirá esta de título hábil para a transferência do domínio ao expropriante, expedindo-se carta de sentença.

Condeno os expropriados a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais).

P. R. I. C.

São Carlos, 24 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**